



## Índice

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED</b> .....	2
<b>AVISO EXTRATO DE TERMO ADITIVO</b> .....	2
NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 400/2016 - SEMED .....	2
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS</b> .....	2
<b>PORTARIA</b> .....	2
EXTRATO DE PORTARIA - Nº 296 DE 05 DE AGOSTO DE 2022 .....	2
<b>EXTRATO DE CONTRATO</b> .....	2
EXTRATO DE CONTRATO Nº 130/2022-SEMUS .....	2
<b>SECRETARIA DE REGULAÇÃO FUNDIÁRIA - SERF</b> .....	3
<b>EDITAL</b> .....	3
EDITAL PÚBLICO DE CITAÇÃO Nº 0078/2022 - SERF .....	3
<b>CONSELHOS, COMITÊS E ENTIDADES</b> .....	4
<b>ATA DE REUNIÃO</b> .....	4
Ata da 22ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher .....	4
Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher .....	6
Ata da 24ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher .....	7
Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher .....	8
Ata da 27ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM. ....	9
Ata da 28ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM. ....	10

**SECRETARIA MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO - SEMED****AVISO EXTRATO DE TERMO ADITIVO****NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº****400/2016 - SEMED**

Espécie: Nono Termo Aditivo ao Contrato Nº 400/2016-SEMED, firmado com a Empresa: ARCOS SERVIÇOS URBANOS EIRELI, CNPJ/MF n.º 07.477.752/0001-97. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o contrato nº 400/2016-SEMED, pelo período de 01/01/2022 até 31/12/2022, com motivação no Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica da SEMED, e em conformidade com a TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2016-CPL. Signatários: pelo Contratante, José Antônio Silva Pereira e pelo (a) Contratado (a) STEFANIO PEREIRA BORGES.

Publicado por: JAENY DA ROCHA VIEIRA

Código identificador: 7sjgw6xars20220815100847

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE -  
SEMUS****PORTARIA****EXTRATO DE PORTARIA - Nº 296 DE 05 DE  
AGOSTO DE 2022**

INSTITUI A COMISSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO E POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM EXAMES DE ULTRASSOM EM CARÁTER ELETIVO, INTERESSADAS EM REALIZAR ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ, EM CARÁTER COMPLEMENTAR. O Secretário Municipal de Saúde de Imperatriz no uso de suas atribuições legais, com fulcro no caput do Art. 25 da Lei nº 8.666/93. [...]Resolve: Art. 1º - Instituir a Comissão de Chamamento Público para seleção e possível contratação complementar de pessoas jurídicas especializada na prestação de serviço do exame de ultrassom em caráter eletivo, interessadas em realizar atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde no

Município de Imperatriz, em caráter complementar. Art. 2º - Realizar Chamamento Público nº 001/2022, para contratação de entidades particulares, com e sem fins lucrativos, a fim de prestar o serviço descrito no art. 1º desta portaria. Parágrafo Único - O Chamamento Público será realizado nos moldes e parâmetros a serem definidos em Edital confeccionado pela Comissão de Chamamento, a ser instituída especificamente para este fim. Art. 3º - Designar, para compor a referida comissão, os servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro: I- Hayenda Brito Soares - Matrícula nº 40.728-3 (Presidente), II- Orlando Oliveira Lages - Matrícula nº 52.569-3 (1º Membro). III- Lielson Mendes Ferreira - Matrícula nº 55.470-7 (2º Membro). IV- Isabella Barros de Sousa - Matrícula nº 84.938-5 (3º Membro). V- Allan Klinger Franco Gomes - Matrícula nº 84.960-3 (4º Membro) Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se. Imperatriz, 05 de agosto de 2022. ALCEMIR DA CONCEIÇÃO COSTA. Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por: ADONICIO FEITOSA DE SOUSA E SANTOS

Código identificador: behvtj4enbp20220815140810

**EXTRATO DE CONTRATO****EXTRATO DE CONTRATO Nº 130/2022-SEMUS**

CONTRATANTE: Município de Imperatriz/MA através do Fundo Municipal de Saúde de Imperatriz. CONTRATADA: MCN COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA. MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 091/2021-CPL (SRP). PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 02.19.00.4769/2021-SEMUS. CONTRATO: Nº 130/2022-SEMUS. OBJETO: Aquisição eventual e futura dos MATERIAIS CORRELATOS, para atender as necessidades da SEDE da SEMUS, HMI, HMII, UPA - SÃO JOSÉ, CDII, CEMI, CEREST, DVS, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, IST/HIV/AIDS, HEPATITES VIRAIIS CAPS, CAF, PAISM, SAD e DAPS. VIGÊNCIA: A execução do objeto terá início logo após o recebimento da "Ordem de Fornecimento" emitida pela Contratante, de forma parcelada, vigorando até 31 de dezembro do exercício financeiro em que for formalizado o contrato. DATA DE ASSINATURA: 15/08/2022. VALOR GLOBAL: até R\$ 295.546,09 (duzentos e noventa e cinco mil quinhentos e quarenta e seis reais e nove centavos). Ordenador de Despesas/SEMUS - ALCEMIR DA





CONCEIÇÃO COSTA /Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por: MICHAEL WANDERSON MIRANDA GOMES

Código identificador: bolpultwy0k20220815140819

## SECRETARIA DE REGULAÇÃO FUNDIÁRIA - SERF

### EDITAL

#### EDITAL PÚBLICO DE CITAÇÃO Nº 0078/2022 - SERF

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Regularização Fundiária Urbana do Município de Imperatriz, JEFFERSON CARDOSO DE SALES, e em cumprimento ao disposto do art. 48, §1º da Lei Complementar nº 005/2015, que dispõe sobre a Consolidação da Política de Regularização Fundiária Urbana no Município de Imperatriz, faz saber a todos que tomarem conhecimento do presente Edital, que tramita no Departamento de Emissão de Título da referida Secretaria, para fins de titulação de imóvel urbano, o PROCESSO 0322/2021, tendo como Requerente FRANCISCA KATIA PEREIRA, que reivindica o Título Definitivo do imóvel, com a seguinte descrição: Área de: 300.00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados); frente para Rua Humberto De Campos, nº LOOTE 07, bairro Parque Sanharol, medindo 10.00m (dez metros); lateral direita confrontando-se com Lote 08 / Elenice Silva Araújo, medindo 30.00m (trinta metros); lateral esquerda confrontando-se com Lote 06 / Juvenal Da Conceição Santos, medindo 30.00m (trinta metros); fundo confrontando-se com Lote 15 / Rogerio Sousa, medindo 10.00m (dez metros).. O presente edital será publicado por duas vezes consecutivas e os interessados terão o prazo de 10 (dez) dias, a contar da última publicação, para apresentar impugnação. Decorrido o lapso temporal, dá-se segmento ao feito, para a conseqüente expedição do Título Definitivo em favor do(a) Requerente. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Imperatriz-MA, 15 de Agosto de 2022. GARDENIA DIVINA RIBEIRO GUIDA Diretora Executiva.

Publicado por: JEISON MINEIRO

Código identificador: notejpeikw20220815130811



**CONSELHOS, COMITÊS E ENTIDADES****ATA DE REUNIÃO****Ata da 22ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**

Aos quatorze (14) dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, às 14hs na sede do Sindicato dos Bancários, na Rua Maranhão – Centro – Imperatriz -MA, cumprindo as medidas estabelecidas à prevenção do contágio e ao combate à propagação da COVID-19, causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2), reuniu-se o Conselho Municipal de dos Direitos da Mulher na vigésima segunda reunião ordinária, sob a responsabilidade da presidente do CMDM a conselheira Conceição de Maria Amorim, que após a verificação do quórum regulamentar, fez a abertura da sessão. Estiveram presentes as conselheiras da sociedade civil: Conceição Amorim, Francisca Pereira Leal, Maria Luísa, Eronilde Santos Cunha, Aline Marques, Eurami Reis, Lívia Moraes Tsuruzaki e do poder público: Thamisa Fialho e Bruna Fernandes. Participaram também da reunião, Claudete Ferreira a militante da Rede de Mulheres Teresianas, Vagna Andrade da Silva e Maria José Barros (Zezé) do Centro de Estudos Bíblicos, Ana Maria Almeida Silva da Federação da Educação Verônica Santos da Silva da Pastoral da Juventude. A reunião tratou das seguintes pautas: informes gerais dos encaminhamentos e ofícios enviados e recebidos. Segundo ponto de pauta: Benefício eventual- auxílio natalidade. Inicialmente a conselheira Conceição Amorim, presidente do conselho, deu as boas-vindas a todas, em particular as convidadas, futuras representantes da sociedade civil, no mandato do biênio 2021/2023, que deverão ser empossadas no dia 19 de julho, às 9hs na sede da SMPM, conforme proposto pela executiva do conselho a SEGOV e SMPM. Dando continuidade a conselheira informou que o biênio de 2019/2021 encerrará seus trabalhos realizando 22 reuniões, todas com quórum, o que é um feito inédito, pois a média de reuniões do CMDM nesses 21 anos de existência, com quórum é de menos de 50% das reuniões dos 09 mandatos bienais ocorridos até então. E isso acontecia principalmente por falta das representantes do poder público. A conselheira explicou que em função das medidas de segurança sanitária, por causa da covid19, o CMDM não realizou as reuniões de março e abril de 2020, retomando as reuniões de forma remota em maio, o que possibilitou a realização das reuniões mensais, mas destacou que isso não significou a paralisação das ações do CMDM e lembrou que em 20 de março de 2020, o CMDM editou e publicou a Recomendação de número 01, sobre garantias de direitos sociais as mulheres na pandemia e em 24 de março, uma segunda recomendação aos poderes constituídos sobre medidas de cuidados, prevenção e garantia de direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar em confinamento domiciliar por causa da pandemia Covid-19, assim como participou de reuniões da REDE de enfrentamento a violência contra a mulher e compôs o Comitê de Monitoramento da Violência Contra a Mulher da SMPM. Destacou que as conselheiras se mantiveram vigilantes e atuantes nos primeiros meses da pandemia, mesmo não realizando as duas reuniões. Das ações realizadas no decorrer do mandato, destacou a organização do acervo do CMDM que trata-se de 02 livros de atas e 02 livros de frequência das reuniões, uma pasta com registro fotográfico, outra com algumas cópias de ofícios, referentes aos anos de 2000 a 2016, alguns materiais de campanhas do CMDM dos últimos 20 anos, cópias de documentos, como a lei de criação do CMDM, as nomeações do mandato de 2001/ 2003, os regimentos internos do CMDM. O material foi todo organizado e arquivado em ordem cronológica. Falta registro de ofícios e atas do mandato anterior ao nosso, foi encontrado no site da prefeitura as atas referentes às reuniões ocorridas em 2018. O mandato atual produziu duas recomendações, 03 resoluções, sendo a resolução 001 sobre permanência do CRAM no Centro, a resolução 002 que tratava da Conferência Municipal, que foi suspensa, resolução 003 da criação do Centro de Responsabilização de Agressores e a 004 sobre a participação das conselheiras nas reuniões, alguns relatórios de reuniões e atividades do CMDM, duas notas de agravos, 02 cartas públicas, uma sobre a violência racial contra as mulheres e outra de proposição aos candidatos, cópias dos 90 ofícios emitidos em 2019/2021, todos arquivados com as respectivas respostas para facilitar o controle do que foi emitido e recebido, por fim, além desses arquivos físicos, a maioria desses documentos está disponível no site da prefeitura na página do CMDM. Em seguida, a conselheira Eurami Reis se manifestou e destacou que a gestão atual até então não se preocupou em garantir um local adequado para o CMDM funcionar. Lembrou que no primeiro mandato do prefeito Assis as reuniões ocorreram no CRAM e neste mandato as conselheiras passaram a fazer reunião na casa dos conselhos que também não tinha estrutura e



completou afirmando que essa situação precisa ser resolvida porque os arquivos de documentos não podem ficar na casa das conselheiras como tem ficado. A Conselheira Francisca Leal reforçou a fala da Eurami Reis, afirmando, que mesmo quando as reuniões estavam acontecendo na Casa do Conselho o CMDM não tinha armário para guardar os documentos, que as pastas dos ofícios emitidos e recebidos e outros documentos ficavam em cima de armários da sala da administração, nem sempre o computador a impressora estava disponível, ou mesmo funcionando. Concordou que a SMPM precisa organizar e definir um local com estrutura para o CMDM. A conselheira Maria Luiza questionou porque não estarmos na Casa dos Conselhos, já que lá funciona todos os outros conselhos, que ela participa de outros Conselhos inclusive do estado, onde existe a Casa dos Conselhos, e todos têm suas salas e seus responsáveis. Conceição Amorim explicou que o conselho é de responsabilidade da secretaria a qual ele está vinculado, no nosso caso a SMPM, assim como o Conselho da Saúde é de responsabilidade da Secretaria de Saúde e funciona em estrutura própria, e lembrou que o CMDM quando não existia a SMPM, era mantido nas estruturas da SEDES. Desde a criação da SMPM ele funcionou sob a responsabilidade da mesma. Nessa gestão é que a SMPM não ofereceu as condições de funcionamento, nem na sede da secretaria nem no CRAM, e determinou a volta para a Casa dos Conselhos, onde funciona todos os conselhos de políticas públicas, de direitos e mais os dois conselhos tutelares, todos vinculados à SEDES. Mas em função da grande demanda da secretaria executiva da Casa dos Conselhos, as péssimas condições dos equipamentos, impressoras, computadores, falta de material básico de escritório, e o reduzidíssimo número de funcionárias, impossibilitou o atendimento por lá, já que a nossa demanda era grande. Em dezembro de 2020 a secretária executiva da casa através de ofício, solicitou ao Secretário de Governo e a SMPM que fosse providenciado ] o apoio administrativo para o CMDM justificando que a Casa dos Conselhos era responsável pelos conselhos vinculados a SEDES. Por fim, houveram duas reuniões com o poder público, precisamente com o Secretário de Governo, uma delas com a participação da Promotora de Justiça, onde o secretário se comprometeu de encaminhar juntamente com a SMPM a resolução do problema, e até hoje não houve nenhum avanço. Concluiu informando que o acervo de documentos do CMDM será entregue às futuras conselheiras na primeira reunião ordinária deste, pela atual presidente e pela primeira secretaria, organizados e em pastas apropriadas. Todas as conselheiras concordaram com o encaminhamento. Em seguida foi informado que não foi possível acontecer a reunião com a coordenadora do PAISM para alinhar as demandas levantadas no encontro anterior e apresentar novas demandas de queixas que surgiram quanto o atendimento ginecológico nas UBS's, a questão dos contraceptivos de emergência que continua sem ser dispensados pela farmácia do Socorrão, por exemplo. Posteriormente Thamisa informou que conversou com o diretor do hospital sobre essa situação, e que ele ficou de tomar as providências. Concluindo, Conceição Amorim informou que é necessário a continuidade das conversas com a Coordenadora do PAISM para acompanhar a resolução das demandas feitas pelo conselho e para tanto propôs que o relatório da reunião do PAISM seja juntado a essa ata. Dando continuidade foi informado sobre a reunião remota, com a Procuradora do Trabalho, Renata Soraya Dantas Océa e o Gerente Regional do Trabalho, Paulo Vinicius, ocorrido no dia 09 de julho, para tratar da demanda das trabalhadoras gestantes que estão tendo as horas de trabalho descontadas, quando vão para a consulta de pré-natal e levam a declaração, da consulta feita pela enfermeira, prevista em decreto do Ministério da Saúde. Participou da reunião pelo conselho Conceição Amorim e a futura conselheira Vagna, pelo Fórum de Mulheres de Imperatriz. Foi feito um debate sobre o problema e a promotora propôs que o CMDM notificasse por escrito os órgãos patronais, sobre o problema e encaminhasse cópias dos referidos ofícios protocolados pelo Whatsapp, para o gerente regional do trabalho, para que fosse tomada providências cabíveis por parte da promotoria. Também foi tratado sobre a realização de campanhas de combate ao assédio sexual, assédio moral e a importunação sexual nos locais de trabalho, através de rodas de conversa e distribuição de material sobre as respectivas temáticas, com as(os) trabalhadoras(es), do comércio principalmente. A promotora ficou de fazer a ata da reunião e encaminhar as participantes. Conceição Amorim informou que os ofícios, foram providenciados e entregues pessoalmente ou por e-mails, com o mesmo teor para Câmara de Dirigentes Lojistas, Secretaria de Administração e Modernização de Imperatriz - SEAMO, Associação Comercial de Imperatriz e Sindicato do Comércio Varejista no dia 09 de julho. Até a data atual não houve retorno. Quanto os problemas das Academias da Saúde que foi discutido na reunião ordinária passada e aprovado encaminhamento de ofício para Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, não foi encaminhado ainda, pelo fato desse programa está vinculado a Coordenação do Núcleos de Assistência e à Saúde da Família e das Academias da Saúde do Município e após várias tentativas de contato telefônico sem sucesso, não foi possível encaminhar essa demanda. Foi proposto



que a próxima gestão realize reunião com a responsável pelo programa para encaminhar as demandas elencadas sobre o mesmo, que se trata do sucateamento e abandono dos aparelhos instalados nas praças e outros locais públicos, implantação do serviço de segurança da guarda municipal para garantir a integridade do patrimônio e a contratação de profissionais da educação física para acompanhar o treinamento das(os) usuárias(os) do programa. Por fim foi o segundo ponto de pauta tratou da não efetivação do Benefício Eventual na modalidade Auxílio Natalidade que é o benefício assistencial para atender as necessidades do bebê que vai nascer; apoiar a mãe nos casos em que o bebê nasce morto ou morre logo após o nascimento; e apoiar a família em caso de morte da mãe. Ele se efetiva na maioria dos municípios através da oferta de kits de enxovais para bebês. A conselheira Conceição Amorim, afirmou que no primeiro mandato da atual gestão, esse benefício foi suspenso e em outubro do ano passado, véspera de eleição, a secretaria de desenvolvimento social e várias profissionais dos CRAS passaram a postar, em suas redes sociais, fotos de eventos de entrega de enxovais para gestantes expondo as usuárias, numa ação tipicamente eleitoreira. Depois das eleições os Kits desapareceram dos CRAS e até ontem através de contato telefônico, apuramos que nenhum CRAS tinha kit para entregar e não sabiam informar qual a última vez que o órgão recebeu os kits ou quando voltaram a receber. Dessa forma proponho que seja encaminhado ao ministério público essa informação com solicitação de investigação e providências cabíveis. Em regime de votação a proposta foi aprovada. Por fim, concluímos aqui a última reunião ordinária do biênio de 2019/2021, agradecendo a todas as conselheiras titulares e suplentes que concluíram o mandato e desejando as novas aconselharias um mandato participativo e atuante na defesa dos direitos das mulheres de nosso município. A reunião foi encerrada, após a conclusão da pauta e de homenagens as conselheiras, através da entrega de diploma de reconhecimentos expedido pela executiva do CMDM e das futuras conselheiras presente na reunião através de discursos e de presente oferecido pelo CEBI as conselheiras da sociedade civil. Não havendo mais nada a tratar a reunião foi concluída e está ata foi lavrada por Conceição Amorim e Francisca Leal será assinada pelas conselheiras presentes na reunião. Imperatriz-MA, 14 de julho de 2021.

Publicado por: JEISON MINEIRO

Código identificador: lncolx3p20220815100827

### **Ata da 23ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.**

1º Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, as 14hs no auditório do Centro de Referência e Atendimento à Mulher - CRAM, aconteceu a vigésima terceira reunião do CMDM, dando prosseguimento a numeração da ata do mandato anterior, deu-se início a primeira reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher-CMDM, convocada pelas conselheiras da Sociedade Civil para encaminhar a seguinte pauta: 1. Leitura e assinatura da Ata de Posse do CMDM; 2. Eleição da Diretoria da Executiva do CMDM; 3. Recebimento dos Documentos do CMDM (que está com as conselheiras do mandato anterior); 4. Definir os dias e horários das reuniões ordinárias do CMDM; 5. O que mais houver. Estavam presentes na reunião as conselheiras do Poder Público Mirna Karoline Lima Torres, titular, Eva Messias da Silva Luz suplente, Camila Gomes da Silva titular, Ceyla Maria da Conceição S. Silva titular, e as suplentes Brenda de Almeida Ferreira Antônia Marta Oliveira Cangassu e as conselheiras da Sociedade Civil: Claudete Ferreira da Silva titular, Elaine de Moura Nascimento suplente, Vagna Andrade da Silva titular, Meriam Carvalho da Silva titular, Eronilde dos Santos Cunha titular, Ana Maria Almeida Silva titular, Rosalva Silva Gomes titular, Zenilde Santos Silva suplente, as convidadas Conceição de Maria Amorim presidenta do CMDM no mandato anterior, a promotora de Justiça Aline Matos Pires e a visitante Regina Célia Nobre Lope, procuradora do município e membro do Conselho das Pessoas com Deficiência. A reunião se iniciou com a apresentação das participantes presente. Em seguida Conceição Amorim foi convidada a fazer uso da fala, e no primeiro momento falou da fundação do Conselho destacando a luta dos agrupamentos do movimento feminista e de mulheres do município, sob a liderança da Professora Conceição Formiga que culminou com a lei de criação na câmara municipal e com a sanção do prefeito, em 30 de junho de 1997, e a primeira nomeação e posse das conselheiras, que só ocorreu em dezembro de 1990. Destacou que durante os vinte anos de funcionamento do CMDM, conforme registros do livro de ata menos de 50% das reuniões tiveram quórum e que menos de 30% deliberou matéria de relevância para a sociedade em função da ausência do poder público na maioria das vezes. E deu como exemplo os dois últimos mandatos, quando o mandato de 2017/2019, das 24 reuniões que deveria realizar, só conseguiu

quórum mínimo para realizar 08 reuniões enquanto nesse mandato do biênio 2019/2021 foram realizadas 22 reuniões com quórum mínimo, e que algumas secretarias perderam mandato mais de duas vezes no decorrer dos dois anos e completou destacando que apenas duas secretarias conseguiram terminar o mandato, as outras 04 perderam mandato mais uma vez por se ausentarem 03 vezes consecutivas das reuniões ou 04 vezes alternadamente. Quanto ao Regimento Interno, a ex-conselheira informou que o mesmo foi modificado 02 vezes, buscando garantir um quórum mínimo para funcionamento do CMDM, e da última vez, também foi modificado o artigo que trata dos cargos da executiva, principalmente pelo fato das conselheiras do poder público, por unanimidade reconhecerem que as representantes do seguimento, tem muito mais dificuldade de fazer a executiva do CMDM funcionar, que não tem tempo para fazer as atividades da função de presidente e nem de primeira secretaria, que são sobrecarregadas nas suas funções de trabalho, que não recebem apoio da gestão para assumirem si quer a função de conselheiras. Concluído a ex-conselheira destacou que o último mandato, foi avaliado pela próprias representantes do poder público como “muito ruim” além ter acontecido apenas 08 reuniões com quórum, sem qualquer deliberação importante, não houve nenhum registro no livro de ata do referido mandato, se quer a ata de posse foi lavrada ou mesmo as cópias das nomeações das conselheiras do referido mandato existem nos arquivos do CMDM. Por fim, afirmou que se o CMDM ainda existe, se deve ao fato do esforço da sociedade civil, que é quem pauta nas reuniões, quem traz demandas para o plenário, quem sugere efetivamente propostas que melhore a vida das mulheres do município e garante os quórum das reuniões e os encaminhamentos das deliberações aprovadas no CMDM, por tudo isso, mesmo sabendo que a presidência e secretaria geral do CMDM representa muito trabalho, a não alternância de representação por segmento dos cargos da secretaria executiva é justa e democrática. Agradeceu a oportunidade, sugeriu que os livros de atas sejam lidos, que as conselheiras se apropriem das pendências de pautas deixadas pela gestão passada e deem continuidade ao trabalho que foi desenvolvido nos últimos 02 anos. Em seguida, a promotora de Justiça Dra. Aline Matos Pires iniciou sua fala parabenizando a conselheira Conceição Amorim pelo seu empenho e compromisso com o CMDM. Agradeceu pelo detalhamento das informações trazidas pela ex-conselheira, e falou do quanto é bom saber da história do primeiro CMDM do estado do MA, do Norte e Nordeste do Brasil. Destacou a importância do funcionamento do controle social para as políticas públicas. Lembrou que os Conselhos são organismo previsto na Constituição Federal e da sua importância para a sociedade democrática e de direitos. Falou ainda do respeito que deve haver entre as conselheiras e da necessidade de unirmos esforços para que as ações aconteçam. Destacou ser imperativo estrutura para que as conselheiras consigam exercer suas funções, enfatizando a existência de um local com condições físicas e materiais. Finalizou com um questionamento para reflexão: Como posso contribuir nesses dois anos de mandato? Se colocou disposição e precisou-se ausentar, para cumprir outras agendas. Dando continuidade a conselheira Claudete Ferreira da Silva agradeceu a Conceição Amorim pela organização e cuidado com o arquivo do CMDM e propôs a discussão do segundo ponto de pauta que tratou da eleição da Diretoria Executiva, conforme o capítulo II, Art. 6º do Regimento Interno do CMDM que deve ser composto pela presidente, vice presidente, primeira secretária e segunda secretária. Sendo que a presidência e primeira secretaria deve ser ocupada pela sociedade civil a vice presidência e segunda secretaria pelo poder público. Para o Cargo de Presidente Claudete Ferreira da Silvas se colocou à disposição, e para a primeira secretária a conselheira Meriam Carvalho, foi indicada o nome de Ceyla Maria da Conceição Sousa da Silva para vice presidente, e 2º secretária Mirna Karoline Lima Torres Dantas, as candidatas foram eleitas por aclamação e por unanimidade. Em seguida foi tratado sobre o terceiro ponto de pauta; calendário das reuniões ordinárias. A discursão acerca do horário ficou definida da seguinte forma: as reuniões serão todas as segundas quartas-feiras do mês, alternadas nos horários da manhã e tarde. Por causa da pandemia da COVID-19, as reuniões até dezembro será online. A hora será divulgada no grupo de Whatsap. Não havendo mais nada a tratar, eu Meriam Carvalho, primeira secretária lavei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Diretoria.

Publicado por: JEISON MINEIRO

Código identificador: \$ZTHm.73V/ch

### **Ata da 24ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**

Ata da 2ª Reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um às oito horas da manhã, por meio de videoconferência, cumprindo as medidas estabelecidas à prevenção do contágio e ao



combate à propagação do COVID-19, causada pelo Corona Vírus (SARS-COV2), reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher sob responsabilidade da presidente do CMDM a conselheira Claudete Ferreira da Silva, após a verificação do Quórum regulamentar fez a abertura da reunião. Estiveram presentes remotamente as conselheiras da sociedade civil: Claudete Ferreira da Silva, Eronilde dos Santos Cunha, Vagna Andrade da Silva, Meriam Carvalho da Silva, Ana Maria Almeida e Rosalva Silva e do Poder Público: Ceyla Maria da Conceição, Fernanda Bezerra, Brenda de Almeida, Bruna Beatriz Lima, Arlete Maria Casemiro, Geiziane Fonseca. A presidente Claudete Ferreira iniciou a reunião dando as boas-vindas a todas as presentes e em seguida destacou os pontos de pauta: 1. Leitura da Ata de posse das conselheiras eleitas para a Diretoria executiva do CMDM; 2. Saúde da Mulher – Tópicos a serem abordados dentro dessa pauta: I Criação do Centro de Partos Normais; II Funcionamento dos postos de Saúde até às 21h; III. A demora nas marcações de exames de consultas de rotina; IV Atendimentos humanizados nos postos de Saúde (médicos, funcionários) V Distribuição da pílula do dia seguinte para as UPAS, Socorrão e Socorrinho; VI Equipe Multifuncional do PAISM; VII Previsão quantitativa dos exames e consultas de Pré-Natal; VIII Campanha para continuar o uso da máscara; IX Academia da Saúde; X União dos Conselhos CMDM e Idoso para averiguação de denúncias. Foi lida a Ata de Posse das conselheiras eleitas para a Diretoria Executiva que foi aprovada sem nenhuma alteração. O primeiro ponto de pauta a ser debatido foi referente a distribuição da Pílula do dia seguinte nas UPAS, Socorrão e Socorrinho, ao ser questionada sobre essa distribuição a conselheira e coordenadora Municipal de Saúde Ceyla Maria da Conceição informou que a distribuição nas UPAS e Socorrão já estava ocorrendo e que até o presente momento não tinha conhecimento de solicitação da pílula para o Socorrinho mas que iria averiguar se havia algum tipo de solicitação e fazer o devido procedimento. Passando para o segundo ponto ao ser questionada sobre o horário de funcionamento dos Postos de Saúde preferencialmente para atendimento às mulheres que trabalham em horário comercial, Ceyla nos informou que há quatro postos de saúde funcionando até às 20h em pontos estratégicos da cidade que são eles: Milton Lopes no Bacuri, UBS Vila Cafeteira, UBS Vila Lobão e Maria Aragão. Referente ao atraso dos exames laboratoriais e mamografias que foi uma pendência da gestão anterior do CMDM ela nos informou que assim que tomou conhecimento na demora do processo de realização e entrega fez uma reunião com os setores responsáveis e que a situação já está controlada havendo uma diminuição no atraso tanto na marcação quanto na entrega de exames. Ainda falando sobre pendências da gestão anterior, sobre o funcionamento da Equipe Multifuncional afirmou que os psicólogos cumprem com a carga horária de trinta horas semanais sendo que nas segundas, quartas e sextas-feiras atende no PAISM e nos outros dias terças e quintas-feiras fazem atendimento domiciliar. A Pauta seguinte refere-se a uma denúncia de atendimento precário à pessoa idosa, onde surgiu a proposta de trabalhar junto ao Conselho da Pessoa Idosa para verificar a autonomia das mulheres idosas e também verificar a denúncia de mau atendimento nos postos de saúde e a Coordenadora Municipal da Saúde Ceyla Maria disse que até o momento não havia recebido nenhuma denúncia desse tipo. Quanto a essa questão a presidente Claudete Ferreira ficou responsável de procurar a presidente do Conselho do Idoso para juntas verificar as questões acima mencionadas. A seguir, foi falado sobre o funcionamento das Academias nos bairros onde foi sugerido pela conselheira Eronilde dos Santos uma parceria entre prefeitura e universidade para remuneração dos profissionais de Educação Física para auxiliar o cidadão ou cidadã que precisam do serviço nas academias ao ar livre, praças ou quadras, uma vez que este serviço promove uma melhor saúde física e mental de homens e mulheres. Como ponto de fechamento das pautas, colocamos a necessidade de continuar com a campanha do uso da máscara mesmo após a segunda dose da vacina até que seja segura para todos a retirada da mesma. Observações gerais: Sobre o Centro de Partos Normais, a Campanha do Uso de máscara e sobre a Humanização do atendimento no IML, sugerido pela conselheira Eronilde cunha verificar ações concretas na próxima reunião do CMDM. Não havendo mais nada a tratar eu secretária Meriam lavei a presente Ata que será assinada por quem é de direito. Imperatriz, 08 de Setembro de 2021

Publicado por: JEISON MINEIRO

Código identificador: bnb54sfi20220815100836

### **Ata da 25ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher**

Aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois às nove horas por meio de videoconferência reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Estiveram presente remotamente as conselheiras da Sociedade Civil: Claudete Ferreira da Silva, Meriam Carvalho, Eronilde dos Santos Cunha, Vagna Andrade da Silva, Elane de Moura Nascimento, Ana Maria



Almeida Silva e Maria Luisa Rodrigues de Sousa e uma representante do Poder Público: Teane Costa. A presidente Claudete Ferreira fez a abertura da reunião e em seguida foi apresentada a pauta da reunião. A.-Informes B.-Palestras C.-Parceria com a CEIRI/ UREI (Ações nas escolas – com estudantes e professoras/es) D.-Parceria com a Defensoria Pública (Para o dia da Mulher e demais ações) A presidente Claudete Ferreira informou sobre a reunião que havia participado com o Delegado de Segurança Regional e com o Diretor do IML sobre os casos de violência contra as Mulheres de nossa cidade e em destaque um caso recente e de grande repercussão devido o descaso que a vítima sofreu por parte dos órgãos competentes que tem por meios legais proteger e amparar as vítimas de qualquer tipo de violência acometida contra elas. A princípio a vítima, segundo informações não foi atendida corretamente por não ter sido conduzida pela viatura policial. De acordo com a delegada da Mulher esse caso já está sendo investigado e se houve negligência por parte dos policiais estes, poderão ser punidos por esse ato. A sugestão que foi abordada quanto a esta situação é que se crie um cronograma de treinamento para esses agentes para que possam de fato atender de forma mais humana e ser solidários com a situação da Mulher, pois esse não é um caso isolado, já são várias tipos de reclamações contra o mau atendimento desses militares. O Delegado reiterou que está aberto à qualquer eventualidade que possa haver nesse sentido e se colocou à disposição do Conselho ou de qualquer outro órgão para enfrentamento às violências contra a Mulher. A Conselheira Eronilde dos Santos falou das dificuldades de desenvolver ações mesmo que virtuais e que na semana da Mulher a CERI/UREI propõe uma parceria com o CMDM que no decorrer do mandato possam desenvolver ações em conjunto. Ver as ações mais urgentes e encaminhar atividades como palestras nas escolas municipais e estaduais. Foi sugerido pela conselheira Eronilde que marque uma palestra na escola onde a conselheira Vagna trabalha pois a mesma relatou situações de violência na família de crianças do infantil e que seriam muito importante também essas palestras nas escolas de Educação Infantil. Outro ponto de Pauta que a Conselheira Eronilde coloca é sobre uma parceria da Defensoria Pública com o Conselho e uma das ações sugerida é uma homenagem às mulheres de Imperatriz que se destacam na luta por direitos e na promoção da Cidadania. E que cada entidade ficasse responsável para a escolha desta mulher. Haverá uma convocatória para estas entidades para que possam enviar os nomes das mulheres escolhida. Então entrou em discussão os nomes de mulheres que se destacavam pela sua luta nos organismos e movimentos sociais. Entre elas, foram citadas Conceição Formiga, Conceição de Maria Amorim e Maria do Rosário Silva Rodrigues. Foi feita uma votação e a escolhida pelas conselheira foi Maria do Rosário Silva Rodrigues embora todas as outras citadas também são merecedoras de homenagens por suas lutas por direitos e dignidade para todos e todas. Outra ação a ser em conjunta com o Fórum da Mulher é uma atividade para o dia 08 de Março que está em andamento de como será e ficou para levar sugestão na próxima reunião.

Publicado por: JEISON MINEIRO

Código identificador: hq7hsyaqlc120220815100841

#### **Ata da 27ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.**

Aos vinte e um dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte dois, às 09h por meio de videoconferência, iniciou-se a reunião ordinária do conselho municipal dos direitos das mulheres –CMDM. Estavam presentes remotamente as conselheiras da sociedade civil: Claudete Ferreira da Silva Costa, Rosalva Silva, Elaine Moura, Meriam Carvalho, Vagna Andrade, Ana Maria e Eronilde dos santos. Nesta reunião mais uma vez não estavam presentes nenhuma das representantes do poder público. A presidenta do CMDM Claudete fez a abertura da reunião dando boas-vindas a todas em seguida, comunicou que essa reunião seria para tratar de sua destituição do cargo de presidente do CMDM por motivos variados e justificou sua decisão e uma das causas que mais a motivou foi a falta de apoio das demais conselheiras. Quando terminou sua fala a conselheira Eronilde dos Santos justificou quanto ao espaço que não havia articulado por ser feriado, já que na reunião anterior ficou definido que seria presencial. Destacou um ponto muito importante e que não podemos nos esquecer ao assumirmos o conselho que não seria fácil e tínhamos a consciência do que iríamos enfrentar lembrou o compromisso firmado por todas e que o poder público sempre esteve ausente nas decisões do conselho, ressaltou as dificuldades principalmente em ano de disputa eleitoral por se tratar de um momento crucial para a sociedade e a destituição da presidente conselheira Claudete do cargo de presidente seria muito favorável para o poder público e muito ruim para a sociedade civil, já que o conselho atua na defesa dos direitos da mulher e na luta por justiça social. A conselheira Ana maria falou sobre sua representatividade pela federação e lembrou das dificuldades e das lutas das companheiras para criar o CMDM e que a desistência da presidente neste momento acarretaria no

fracasso de um órgão criado com muita e reintera o incentivo e o apoio para todas que compõe o conselho. A conselheira Vagna deu sua contribuição fazendo a ressaiva da fala de Eronilde e se colocou a disposição para ajudar no que for preciso, pois esse ano será nomeada professora titular e acredita que terá mais tempo para se dedicar ao conselho. A coselheira Rosalva disse que comunga da fala das conselheiras e reforça a fala das conselheiras e reforça a fala sobre o momento social política que estamos passando e que apesar da situação colocada pela presidente Claudete o conselho está bem representado porque todas nós estamos presentes nesta reunião o conselho somos nó sociedade civil mesmo estando acarretadas de atividades mas se sentem feliz por fazer parte do conselho. A presidente Claudete agradeceu as falas de todas e disse que o apoio e incentivo das conselheiras foi de suma importância que construiu em si outros sentimentos, mas motivador e encorajador para seguir lutando por direitos e justiça social em defesa da vida de tantas mulheres. Sugeriu uma reunião extraordinária para elencar as demandas e nos confraternizamos principalmente neste período de início de pós pandemia. Eronilde sugeriu que organizássemos as atividades e pautas de reivindicações para serem encaminhadas aos órgãos competentes. Não havendo mais nada a tratar eu secretária Meriam lavrei a presente Ata que será assinada por quem é de direito. Imperatriz, 21 de abril de 2022.

Publicado por: JEISON MINEIRO

Código identificador: \$NHBJ4jkGcuN

#### **Ata da 28ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.**

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte dois, às 15:30h de forma presencial, iniciou-se a reunião ordinária do conselho municipal dos direitos das mulheres –CMDM. Estavam presentes presencialmente as conselheiras da sociedade civil: Claudete Ferreira da Silva Costa, Rosalva Silva, Meriam Carvalho, Vagna Andrade, Ana Maria. Nesta reunião mais uma vez não estavam presentes nenhuma das representantes do poder público. Pauta da reunião a seguir.1- Fazer reunião para leitura dos ofícios pendentes de resposta do mandato anterior.2- Informes das informações da reunião com a secretária da estadual da mulher.3-Visitas nos serviços de atendimento à mulher, hospitais, escolas,4- Local de reunião do CMDM,5-Participação do poder público nas reuniões. Abertos os trabalhos com a conselheira Meiriam Carvalho fazendo a leitura da ata da última reunião presidida por Conceição amorim para identificarmos o que estava pendente de cobrança. Em seguida sentimos necessidade de agendar uma nova reunião desta vez extraordinária para fazermos o levantamento dos ofícios encaminhado por Conceição Amorim. A conselheira Rosalva iniciou fazendo o informe da reunião do Fórum de Mulheres com a Secretária de Estado da Mulher, senhora Célia Salazar ocorrida no dia dezoito de maio deste ano às 18:30h na UFMA. Nessa reunião estiveram presentes várias representações de entidades que compõem o Fórum de Mulheres de Imperatriz. Foi apresentado um documento constando ações nas seguintes esferas: 1. Educação; 2. Saúde das mulheres; 3. Enfrentamento às violências contra as Mulheres; 4. Assistência às Mulheres do campo; 5. Qualificação Profissional; 6. Atividades culturais. Foram analisados e refletidos ponto por ponto desse documento e Conceição Amorim foi categórica na cobrança na efetivação das demandas que são todas executáveis. A Secretária Celia Salazar disse em resposta às reivindicações que já de pronto conseguiu dar, como por exemplo a questão do ônibus Rosa e a disposição dela em levar a pauta completa para a gestão maior do Estado e se comprometeu também até o fim do ano, tempo dela como secretaria em fazer forte articulação com setores do governo, Universidade e outras organizações da Sociedade Civil para dar seguimento aos pedidos seguindo principalmente as prioridades mais urgentes. Em anexo documento encaminhado à secretária estadual da mulher. A conselheira Rosalva continuou sua fala levantando uma questão importante quanto as ações que deveriam estar sendo desenvolvidas nas escolas com professores e alunos neste início de pós pandemia, que está causando um adoecimento geral, questionou sobre quais atitudes estão sendo tomadas em relação ao comportamento de professores e alunos, se estes, estão sendo acompanhados, se MP está observando esta questão, se poder público está implantando alguma ação para ver a questão do adoecimento de seus contratos psicologicamente falando. Outra questão foi, quanto aos comitês de escuta, nos referindo a criação de um, e ou, a reativação do mesmo. O que poderia ser feito para criar ou reativar este órgão importantíssimo para ouvir alunos e os profissionais de educação e outras pessoas que possam vir a precisar deste apoio. Sobre todas essas questões, decidimos que na próxima reunião iremos agendar uma audiência com secretário do governo para sanar todas essas questões, além, de outras que foram surgindo durante a reunião como: a questão do CMDM ainda está ligada à secretaria de governo e não ao município, e



quanto ao local de reuniões do CMDM. Questões que serão colocadas na reunião com Secretário do Governo. Passando para outro ponto, a perda do mandato das conselheiras do poder público, que não participaram das reuniões ordinárias, não enviaram suas suplentes, nem justificaram suas faltas nas reuniões que estavam acontecendo virtualmente. Foi decidido por unanimidade que, formalizaríamos um ofício que será entregue para o prefeito de Imperatriz informando a perda inclusive da secretária da mulher do município Eva Messias. Passamos então para um ponto que não estava na pauta, mas que se fez necessário trazer, que é a questão dos horários das reuniões, no início foi flexibilizado dias e horários para beneficiar a todas do poder público e sociedade civil, com a falta de participação das conselheiras do poder público, decidimos por unanimidade um novo dia e horário para as reuniões ordinárias do CMDM, o mesmo ficará toda segunda quinta-feira do mês sempre as 16h em local a ser definido, excepcionalmente em junho a reunião acontecerá dia 02/06/2022 as 16h por conta das atividades diversas das companheiras que inviabilizaria nossa reunião na segunda quinta do mês. Não havendo mais nada a tratar eu secretária Meriam lavrei a presente Ata que será assinada por quem é de direito. Imperatriz, 18 de maio de 2022.

Publicado por: JEISON MINEIRO

Código identificador: zvf95zc5upy20220815100844





**Estado do Maranhão**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA**

**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO**

Controladoria Geral do Município  
Rua Rui Barbosa, 201, Centro  
Cep: 65900-440  
<http://www.diariooficial.imperatriz.ma.gov.br>

**FRANCISCO DE ASSIS ANDRADE RAMOS**  
Prefeito Municipal

**DAVI ANTONIO CARDOSO**  
Controlador Geral do Município.

**Informações: [diariooficial@imperatriz.ma.gov.br](mailto:diariooficial@imperatriz.ma.gov.br)**

MUNICIPIO DE IMPERATRIZ:06158455000116

/C=BR/O=ICP-  
Brasil/ST=MA/L=Imperatriz/OU=AC SOLUTI  
Multipla  
v5/OU=14483179000190/OU=Certificado  
Digital/OU=Certificado PJ A1/CN=MUNICIPIO  
DE IMPERATRIZ:06158455000116  
Data:15.08.2022 23:07

